

# Diário da Assembléia

Nº 3.002

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 1974

ANO IX

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielso Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

#### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares — REUNIÕES — As quartas-feiras

### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

#### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista — REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

#### SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Ney Rodrigues — REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

#### SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral — REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

#### SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.) — SECRETÁRIO — Agilides de Oliveira Martins — REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

#### SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Maurício Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE TURISMO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

#### SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### TITULARES

PRESIDENTE — Quielso Crisóstomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin

— Gilberto Carvalho

#### SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —

Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)

REUNIÕES — As terças-feiras

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

### COMISSÃO DE POLÍCIA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

#### SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.)

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

#### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.

— Alvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lélio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

#### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

#### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-

so Crisóstomo — Domício Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

#### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

#### SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —

Domício Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.

**4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura**  
**Ata da 12ª Sessão (Extraordinária)**  
**Realizada em 20 de Março de 1974 (Quarta-Feira)**

Presidência do sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos srs. Deputados Haroldo Bianchi e Borsari Neto.

As 14.00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Muggiati Filho — Antonio Lopes Júnior — Arthur de Souza — Borsari Neto — Emilio Carazzai — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Quielise Crisóstomo — Alvaro Dias e Sebastião Rodrigues Júnior (21); achando-se ausentes os srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Jorge Sato — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Maciel — Arizone Araujo — Basílio Zanusso — Domício Scaramella — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Cortes — Fuad Nacli — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Paulo Camargo — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (26).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 21 srs. Deputados.

com a presença de 21 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão única — da Proposição n.º 13-74, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 218-72, de autoria do sr. Deputado Muggiati Filho, Ex-Emenda ao Projeto de Lei n.º 195-72 — adita ao n.º 16, do art. 56, redação que especifica e suprime do mesmo número e artigo as expressões que também especifica. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — EM REGIME DE URGÊNCIA — Em discussão. — Em votação.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela Ordem) V. Exa. está colocando o Veto em votação, ou o Projeto?

O SR. PRESIDENTE — O Projeto, Excelência.  
Em votação. Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Deferido o pedido do nobre Sr. Deputado Muggiati Filho.

Em votação, a Proposição n.º 13-74. (Pausa).

10 srs. Deputados procederam a votação; não há quorum para votação.

O SR. EMILIO CARAZZAI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Deferido o pedido do nobre Sr. Deputado Emilio Carazzai.

(É procedida a chamada nominal dos srs. Deputados).

Responderam a chamada nominal 21 srs. Deputados. Não há quorum para a votação.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 21, quinta-feira, às 14.00 horas com a mesma Ordem do Dia, em regime de votação. Levanta-se a Sessão.

**4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura**  
**Ata da 13ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 20 de Março de 1974 (Quarta-Feira)**

Presidência do sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos srs. Deputados Muggiati Filho e Ivo Thomazoni.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araujo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Quielise Crisóstomo e Sebastião Rodrigues Júnior. (34); achando-se ausentes os srs. Deputados: Hélio Manfrinato — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Maciel — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Ivo Rocha — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
**EXPEDIENTE**

Senhor Presidente:

Venho pelo presente, solicitar de Vossa Excelência, o obséquio de incluir no Expediente da Sessão Especial de hoje o deputado Iris Mário Caldart, que irá manifestar, em nome da bancada do Movimento Democrático Brasileiro, na homenagem que se prestará ao cinquentenário dos Diários Associados.

Sem mais, pelo momento, queira Vossa Excelência aceitar os meus protestos de estima e apreço.

(a) DOMICIO SCARAMELLA — Líder da Bancada do MDB

Excelentíssimo Senhor

Deputado João Mansur

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/Edifício

**REQUERIMENTOS:**

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para as Proposições n.ºs 14, 43 e 44-74.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo infausto passamento do ilustre Professor e ex-Delegado de Ensino, Sr. João Zacarkin, ocorrido em data de ontem, em sua residência à Rua Amintas de Barros, 275, nesta Capital. Solicita, ainda, que seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1974.

(a) — Mauricio Fruet

**Requerimento**

Senhor Presidente:

Em data de hoje o Dr. Mauricio Schulmann, deixou a Secretaria da Fazenda para ocupar importante cargo federal.

A sua atuação à frente daquela importante pasta foi magnífica em todos os pontos de vista. Dinamizou as suas atividades, na sua gestão foi instalado o Conselho de Recursos Fiscais e a todos o então Secretário atendeu com lãhez, com interesse com segurança.

É justo, portanto, o reconhecimento do Poder Legislativo ao seu trabalho, à sua capacidade de ação e a sua dedicação.

Dai porque requeremos que, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de louvor ao Dr. Mauricio Schulmann pela sua gestão na Secretaria da Fazenda.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1974.

(a) — Antônio Lopes Junior

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas prerrogativas e na forma em que dispõe o Regimento Interno, após ouvido o Plenário, requer seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de regozijo pelo fato de ter sido alçado à condição de Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro, na Câmara Federal, o Deputado Olivir Gabardo.

Parlamentar ilustre, coerente com os princípios adotados pelo estatuto de nossa agremiação partidária, se haverá, por certo, no desempenho daquele importante cargo com a honradez, dignidade e inteligência que lhe são peculiares, cujos traços de uma personalidade marcante deixou bem evidenciados nesta Casa, quando aqui exerceu com altives e alto espírito público o mandato que lhe foi outorgado por uma ponderável parcela do povo do Paraná.

Mais ressonante se torna o voto que ora se requer seja inserido na Ata de hoje, quando se evidencia a circunstância de que, atualmente o Deputado Olivir Gabardo é o único paranaense a desempenhar cargo de liderança, na Câmara Federal.

Requer-se, finalmente, que da manifestação desta Assembléia, uma vez aprovado o presente, se de ciência aos ilustres Senador Ulysses Guimarães MD, Presidente do Diretório Nacional do M.D.B.; Deputado Laertes Vieira, Digno Líder de nosso Estado na Câmara Federal e a cujo descortineio se deve à indicação ora ressaltada; Deputado Flávio Marcílio, MD, Presidente da Câmara dos Deputados e ao homenageado.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1974.

(a) — Muggiati Filho

**Requerimento**

Senhor Presidente:

Considerando:

- 1 — O intenso tráfego de veículos na BR-116, trecho Pinheirinho-Atuba;
- 2 — Que, no percurso existem inúmeros cruzamentos, destacando-se:
  - a — entrada a Curitiba pelo Pinheirinho, via Portão;
  - b — Cruzamento com a Avenida Salgado Filho, no Guabirotuba;
  - c — cruzamento com a estrada Curitiba-Paranaguá.
- 3 — Que, nos locais acima apontados, permanentemente se verificam congestionamentos de trânsito, os quais, além de causar sérios prejuízos, oferecem perigo a pedestres e motoristas.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de Telex contendo os termos do presente ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes e ao Exmo. Sr. Diretor do D.N.E.R., solicitando de S. Exas. que se dignem determinar os estudos necessários, visando a construção de viadutos nos pontos assinalados nos itens b e c, e de um trevo rodoviário no item a.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1974.

(a) — Mauricio Fruet.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa. que após ouvido o Plenário seja encaminhado o telegrama abaixo ao Exmo. Sr. Secretário dos Negócios da Fazenda Dr. Afonso Alves de Camargo Netto.

"Assembléia Legislativa Paraná congratula-se vossencia posse Secretário Fazenda. Formulando melhores augúrios gestão profícua e feliz prol nosso Estado pt"

Sala das Sessões, em 20 de março de 1974.

(a) — Olavo Ferreira

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

A Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença no Plenário do Sr. Fidelcino Tolentino, vereador da Câmara Municipal de Cascavel, e do Sr. Balduino João Belé, membro da Comissão Executiva do M.D.B., de Cascavel.



De acordo com que fora estabelecido, a Hora do Expediente de hoje, está destinada à homenagem a Assis Chateaubriand, homem que há cinquenta anos fundou os Diários Associados. E que há vinte anos, aqui no Paraná ele vem seguindo a linha traçada por Assis Chateaubriand.

Assim, esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença aqui, neste Plenário, do jornalista Ayrton Batista, que representa neste instante o "Diário do Paraná", e o jornalista Aluizio Finzetto, representando a TV Paraná Canal 6.

Tenho a grata satisfação de conceder a palavra ao representante da Aliança Renovadora Nacional que falará sobre Assis Chateaubriand, Deputado João Fadel.

O SR. JOÃO FADEL — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ilustres representantes das Emissoras de Rádio, Televisão e Jornais dos Diários Associados nesta Casa.

(Lendo): "A Sessão de hoje da Assembléia Legislativa do Paraná será destinada à memória de Assis Chateaubriand Bandeira, de Mello e ao cinquentenário de fundação dos Diários Associados. Essa rede de jornais e emissoras desde logo transformadas em escolas de brasilidade e que tem dado ao nosso País, homens de imprensa da estatura de um João Calmon, de um Edmundo Monteiro, de um David Nasser, de um Austregésilo Athaide, de um Alceu Amoroso de Lima, de um Herbert Moses, que, em seu tempo e em seu campo, souberam praticar com decência, com correção, com lealdade, com altitude e com despreendimento essa tarefa magnânima de formar a opinião pública de moldar-lhe o espírito para as aspirações justas e elevadas, de despertar-lhe o anseio de um regime político justo e equânime de motivar-lhe a vontade para a disposição do sacrifício na construção de uma Pátria cristã, próspera e democrática, dos Diários Associados que, desde há cinquenta anos vem trazendo a cada um dos brasileiros a certeza de que haveríamos ainda de habitar a Pátria desejada a Nação de Instituições firmes, na plenitude de sua soberania, gerando riquezas e as distribuindo justamente entre seus filhos; dos Diários Associados das campanhas pela redenção do Nordeste, das lutas pela valorização da pecuária sulina, das sagas de conquista da terra roxa do Norte do Paraná, das batalhas pela valorização do Centro-Oeste brasileiro, da epopéia da cultura do algodão fibra longa, do pioneirismo com o Correio Brasileiro na nova Capital Federal da defesa intransigente da liderança continental do Brasil; dos Diários Associados cuja história está intimamente inserida na história do Brasil dos últimos cinquenta anos, porque cada um de seus jornais, cada uma de suas rádio-emissoras, cada uma de suas emissoras de televisão, estiveram sempre presente na primeira estacada dos acontecimentos, mais decisivos da nacionalidade, formando sempre ao lado do Direito, da Justiça, da Democracia, e sendo porta-vozes autênticos às aspirações populares, têm sabido auxiliar e promover à grande obra da recuperação nacional, dos Diários Associados, dos quais foi fundador e consolidador o eminente jornalista Assis Chateaubriand que, ao longo de sua existência, sempre soube melhor simbolizar as virtudes intelectuais de nossa gente e encher de orgulho a nossa terra, porque, ouvindo-o, sempre e cada vez mais experimentávamos um prazer que não nos é prodigalizado, prazer patriótico por excelência, qual seja o de ouvir um brasileiro falar do que sabe, sabendo o que diz.

E, se necessidade houvesse de justificar-se esta homenagem do povo do Paraná ao grande jornalista pátrio, bastaria ressaltar que a esse tempo, em todos os quadrantes do Brasil, cerimônias idênticas estão sendo realizadas. É esse o privilégio dos homens que marcam seu tempo e vivem plenamente a sua vida, incorporando seu nome a um patrimônio comum de lembranças e sugestões de que se compõe a história de uma Nação. E, para Assis Chateaubriand, o sentimento de Pátria, de Nação, era quase físico, telúrico mesmo, pois ele a definia como "sendo uma alma, um princípio espiritual, que se constitui de um longo passado de esforços, de sacrifícios e de devotamentos". Com Renan, Chateaubriand repetia que "para ser um povo, é preciso ter glórias comuns no passado, uma vontade comum no presente, e lembranças de grandes feitos e a decisão de executá-las ainda. No passado uma herança de glórias e saudades a partilhar e, no futuro, o mesmo programa a realizar".

Assis Chateaubriand, patriota sincero imbuído do puro espírito de brasilidade, viveu sempre de acordo com esse entendimento e residirá aí, talvez, a explicação para o fato de que, sendo advogado e havendo conquistado através de concurso a cátedra de Direito Internacional Público da Faculdade de Recife, haja terminado por optar pela profissão de jornalista, a qual lhe propiciaria, com mais longo alcance "levantar tribunas em vários pontos e de cada uma delas derramar os tesouros de nossa confiança no dia de amanhã...".

De Chateaubriand, não se dirá jamais que em algum tempo haja desistido do futuro do Brasil ou haja deixado de contribuir, com os melhores esforços, para que fosse alcançado.

Vindo de Pernambuco — seu Estado natal —, nos fragores de uma campanha sucessória que o verbo candante de Ruy inflamava, teve um tempestuoso início de sua vida profissional como jornalista no Rio de Janeiro, que foi também assinalada pela bravura pois conheceu as prisões que constriam o carcereiro e honram o prisioneiro, o que certamente serviu para que sua vida prosseguisse sempre devotada ao compromisso com a liberdade. Pode-se dizer mesmo que, em 1912, no Rio de Janeiro, com seu primeiro jornal, Assis Chateaubriand "assentou praça na armada da liberdade" e permaneceu na ativa até o final de sua gloriosa vida.

De Ruy, diz a história, que indo certa ocasião o jornalista Macedo Soares dar-lhe ciência da total inviabilidade de sua candidatura à Presidência da República, respondeu-lhe exaltando: "Pouco me incomoda o resultado. O que importa é lutar por mínima que seja a percentagem da votação. Quando fosse dois por cento, um por cento, meio por cento, lutaria. E quando tivesse um voto, o seu voto, o que não me poderia faltar, lutaria satisfeito por ter ao meu lado uma consciência livre".

Assis Chateaubriand, foi, na imprensa brasileira, essa consciência livre, pois foi como jornalista que ele atingiu os poderosos do momento, que vergastou em artigos magistrais a incompetência e a falta de patriotismo dos que deveriam zelar pela integridade da Nação; que liderou campanhas pela fundação de aeroclubes, em todos os pontos do território nacional; que viu vitoriosa sua luta pela produção de café fino para aumento de nossas reservas cambiais; que garantiu o êxito da implantação da cultura do algodão de fibra longa e que culminou uma sucessão de êxitos com a criação do Museu de Arte Moderna. Como jornalista, seu julgamento econômico sobre os problemas nacionais revelou-se sempre seguro e pragmático: o problema da energia e o da produtividade agrícola, entendendo que, resolvido um e outro, a indústria prosperaria por acréscimo, sem excitação gongórica nem descontinuidade

perigosa. Como jornalista, revelou Chateaubriand a rara qualidade de batalhar por causas impopulares, recusando-se sempre a copiar os políticos fáceis que entendem seu dever cultivar os preconceitos da moda, ao invés de lançarem as sementes da mudança. Outra peregrina qualidade de seu caráter era que, sendo um profissional do sucesso e um fazedor de impérios, Chateaubriand sempre teve ternura para com os vencidos e nunca tripudiou sobre o homem decaído, mesmo que lhe tenha sido o inimigo de véspera.

Finalmente, como jornalista é que ele realizou-se como homem livre que sempre quis ser. O homem livre, bem o sabemos, é, sobretudo, um ideal. Os imediatistas o abandonam, os covardes o desconhecem. E que, para seu florescimento, muitas e duras são as condições que a ligeireza de espírito e o egoísmo dos impulsos nem chegam a compreender. De mim, peço licença ao ilustrado Plenário para recordar que, no momento de minha investidura no mandato que exerço nesta Assembléia Legislativa, o que pedi a Deus foi que meu esforço contribuísse para que no Paraná a sociedade fosse mais justa e o homem mais livre. O jornalismo de Assis Chateaubriand sempre foi assim, exercido no sentido de associar a liberdade do homem à justiça social, nunca dissociando esses dois elementos essenciais à plena expansão da pessoa humana. Ele entendia — e sua vida foi uma prova diária disso —, que as instituições democráticas se fundam na liberdade, mas, para que esta se instaure é preciso que as instituições tenham sentido mais amplo e abrangente, não só os órgãos de governo, como, também, os grupos dirigentes na ordem econômica, na atividade intelectual e na vida social. Foi por esse entendimento, por essa busca insofrida de um ideal então distante para nossa Pátria, que Assis Chateaubriand fez-se revolucionário: 1922, 1924, 1930, 1932, 1945 e 1964 foram eventos na história do Brasil que contaram com a participação total e despojada desse brasileiro que nunca quis para si os frutos das vitórias que ajudava conquistar.

E um momento de incerteza da vida nacional ele entendeu que poderia ser mais útil ao País se dispusesse de uma tribuna parlamentar. Foi então para o Senado e ali, seu verbo rude, às vezes, e poderoso sempre, era como as forças da natureza desatadas. Foi, durante seu mandato, a mais lúcida inteligência e a mais formosa cultura do Senado Federal e suas peças oratórias, depois reunidas em livro, ainda hoje nos impressionam pelo sentido de antecipação daquela época. Mas no Senado, o jornalista que vivia dinâmico e inquieto no seu espírito fazia com que ele se sentisse inibido e inútil, constrangido a escutar politicagem miúde e sem grandeza, tal qual um Maquiavel condenado a viver numa paróquia de rotarianos...

Deixou pois a vida parlamentar e partiu para uma experiência nova em sua vida, ela própria uma sucessão de experiências contraditórias, mas que seu gênio sempre conseguia conciliar: foi ser Embaixador do Brasil na Inglaterra, num momento espesso de cuidados para as relações exteriores de nossa Pátria, pois o crédito era pouco e as dívidas muitas. Foi também grande como Embaixador. Levou para o Reino Unido a marca característica de sua personalidade de jagunço robusto, com cheiro de terra ressequida e de erva agreste e conquistou os ingleses pela maneira decidida com que ignorava o protocolo, sempre que isso lhe ensejasse um gesto cavalheiresco ou uma atitude fidalga. Durou pouco, porém, seu entusiasmo pela diplomacia. Ele ansiava por ação, por trabalho produtivo, e voltou ao jornalismo com toda força de sua capacidade criadora, lançando, de modo pioneiro no Brasil a televisão e consolidando assim, de modo definitivo, os DIÁRIOS ASSOCIADOS em todo território nacional, a maior rede de jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão da América do Sul.

Senhor Presidente, nobres Deputados:

O destino do homem às vezes adquire contornos atrozmente parece que com a única finalidade de salientar nossa impossibilidade de intervir nos designios do Supremo Ser. Digo isto, porque somente por uma ironia trágica da vida poderia, um homem como Assis Chateaubriand — que fez de sua existência um dinamismo de criatividade e de força propulsora do progresso do Brasil —, somente por uma trágica ironia, repito, poderia ser ele condenado a passar os últimos anos de sua vida na imobilidade de uma cadeira de rodas. E no entanto, aquele espírito forte superou também essa adversidade e contra o mal insidioso não perdeu alento enquanto lhe restou um pouco daquela centelha que quase diríamos inextinguível, em seu coração.

Em formoso artigo no qual traça o perfil de Chateaubriand, Roberto Campos conta que, não o vendo há tempos, foi visitá-lo em sua morada do Rio. Encontrou-o na varanda, a espiar o mar, cercado de alguns amigos e muitos pássaros. Não lhe pareceu lutador prostrado em fim de recursos; não identificou nada do egoísmo dos que falam das suas dores. Apenas, muito da extraordinária lucidez dos que conseguiram solidão para pensar, confirmando o que há tempos dissera a um amigo comum do articulista, que a doença lhe afetara apenas "as partes bestas do corpo".

De Chateaubriand, durante sua vida, era impossível dele não discordar, mas agora, na sua ausência definitiva, é igualmente impossível não lhe devotarmos incondicional admiração.

Eu entendi que esta sessão de homenagem a Assis Chateaubriand, deveria ter um sentido de testemunho. Eu aqui o trouxe, suscitado e sincero, de minha retratada condição de simples observador dos homens e das coisas, e acabei sendo seduzido pelas sugestões que despertou em meu espírito a promoção — desta cerimônia realizada pelo povo do Paraná aqui representado, em memória à vida e à obra de um homem de imprensa. Esta imprensa que está presente sempre nos grandes acontecimentos de nossa história, a cujas fases se associam nomes de grandes jornalistas. Lêdo, foi o jornalista da Independência; Evarista, o da Regência; Patrocínio, o da Abolição; Chateaubriand, o da República. Para ele a imprensa foi sempre não um abrigo, mas antes de tudo um instrumento de ação do homem livre, porque ele não apenas desfrutava a liberdade que queria para si, e defendia para os outros, mas por ela combatia e a conquistava a cada dia.

Porisso mesmo, ele sempre soube seu preço, e nunca a desbaratou em licença, não a desgastou no abuso, não a desrespeitou nos outros. Assis Chateaubriand foi o homem livre que desejamos ver definitivamente implantado em nosso País. A ele o nosso respeitoso culto com o compromisso de prosseguir sua luta, na preservação das tradições cívicas e patrióticas dos DIÁRIOS ASSOCIADOS que há de ser para sempre, pela presença de seu nome e de seu exemplo, o monumento de sua glória".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Convidados.

Poderíamos aplicar perfeitamente, em relação a grande personalidade de Assis Chateaubriand e a sua obra, aquilo que pensam, que sentem e dizem os ingleses, em relação a ilustres vultos de sua história, como Disraeli e o próprio Shakespeare: Desnecessário se torna erigir um pedestal a Assis Chateaubriand, porque essa escola de brasilidade que é o "Diários Associados" é o seu próprio e grande pedestal de Assis Chateaubriand.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Não queria que V. Exa. se ausentasse da Tribuna sem cumprimentá-lo pe-



lo discurso que acaba de pronunciar e que faz jus ao talento, cultura e inteligência de V. Exa. É um desses discursos que eu subscreveria com orgulho.

Seria desnecessário acrescentar qualquer observação, contra ou a favor, do que V. Exa. acabou de dizer. A figura elucidiária de Assis Chateaubriand, euclidiana porque, como sertanejo que foi, sempre foi um forte. O Brasil deve muito a Assis Chateaubriand: O que fez pela cultura brasileira, principalmente as artes brasileiras, o que fez pela aviação civil brasileira, mas sobretudo, o que fez para fortalecer as instituições democráticas brasileiras. É um tributo que sempre ficaremos devendo a Assis Chateaubriand. Com ele aprendemos lições valiosas, com ele aprendemos a valorizar a imprensa brasileira.

V. Exa. está de parabéns pelo pronunciamento que fez nesta Casa e ficamos devendo a V. Exa. esta feliz inspiração de requerer uma Sessão comemorativa àquele que foi, talvez, o maior jornalista brasileiro. Meus parabéns a V. Exa.

O SR. JOÃO FADEL — Agradeço as palavras do nobre, brilhante e ilustre líder da Arena nesta Casa cujo complemento só enriquece vem reforçar nossa proposição em relação aquilo que sentimos sobre o grande brasileiro Assis Chateaubriand.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, solicitando a inclusão no Expediente da Sessão Especial de hoje, o Deputado Iris Caldart, que irá manifestar, em nome da Bancada do M.D.B., na homenagem que se prestar ao cinquentenário dos Diários Associados.

Em votação. **Aprovado.**

Nestas condições, concedo a palavra ao Sr. Deputado Iris Caldart.

O SR. IRIS CALDART — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ilustres jornalistas Ailton Batista e Aluizio Finzetto, dignos representantes da família associada no Paraná.

O nobre orador que nos antecedeu, autor desta idéia concretizada de que a Sessão de hoje fosse dedicada ao cinquentenário dos Diários e Emissoras Associados, brilhantemente esgotou o assunto.

Trouxe ele de viva voz, com muita propriedade, a figura extraordinária, os feitos e glórias de Assis Chateaubriand. Significou e traduziu sua alma e espírito, sua inteligência e a sua vontade extraordinária de ser brasileiro nessa organização que são os Diários Associados.

De qualquer forma é necessário é preciso que a Bancada da Oposição também esteja presente de forma, ainda que sucinta, manifestar seu pensamento, a sua idéia, trazendo a sua contribuição a esta jornada que entendemos de grande significação e de todo civismo para nós que comungamos daquelas idéias de liberdade, de liberalidade e de exercício pleno, total e democrático da imprensa brasileira.

(Lendo): "Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste 1974 Emissoras e Diários Associados festejam seus cinquenta anos de existência e a família associada tem razões relevantes para a festa. Ela pode e deve, como podemos nós e devemos, cantar e vibrar o cinquentenário da história desse "IMPÉRIO DE PALAVRAS".

Organização genuinamente nacional, foi idealizada e fundada para tecer, permanentemente, um HINO DE LOUVOR à Pátria.

Sua filosofia, sua atuação sempre brasileiras, gerando uma empresa que haveria de se estender por todo o Brasil, Estados, Territórios e inúmeras cidades, a maior da América Latina.

Mas, somente o gênio de um homem diferente, de filosofia de vida diferente, usando sempre uma linguagem diferente, poderia ser capaz de erigir este império jornalístico, ou "IMPÉRIO DE PALAVRAS", como acentua David Nasser, e não, um império metálico, ou petrolífero, ou agrícola, ou industrial como os de seus amigos milionários.

ASSIS CHATEAUBRIAND.

Construiu um império num País ainda imaturo como o nosso propondo-se a uma aventura humana, estardalhaçada e fascinante, bem o diria Memóri Del Pichia.

Em tudo, jornais, rádios e televisoras, existe a presença e uma mensagem de Chateaubriand, além da informação.

Cremos que, se a obra de Francisco Assis Chateaubriand Bandeira de Mello cresceu e enraizou em todo o Brasil, deve-se ao fato fundamental, de que ele a emprenhou de amor cívico, de extraordinário e profundo sentido humano, cristão, pelas campanhas que idealizava e punha em execução em favor da Pátria, de seus irmãos brasileiros, em favor do grande beneficiário sempre, que era a comunidade.

A grande empresa nasceu em 1924.

Regressando da Europa onde permanecera por algum tempo trabalhando para outros jornais brasileiros, em 1921, passou a se dedicar à advocacia, e arrecadar fundos para fundar o seu jornal. Ao seu lado Alfredo Pujol e Alexandre Mackenzie. Comprou, então, O JORNAL, cuja situação financeira era precária, por 5.800 contos. Seis meses depois adquiriu o segundo jornal da cadeia associada, o DIÁRIO DA NOITE DE SÃO PAULO.

Assis Chateaubriand quis este império de palavras para pô-lo a serviço da defesa dos altos interesses nacionais e da elevação cívico-cultural do povo brasileiro. Ai estão os jornais, 22 estações de Rádio, 11 emissoras de Televisão 3 revistas e 1 agência de notícias.

Estão em nós ainda bem presentes as campanhas que deflagrou no País e que imortalizam a sua obra, dignificando seus veículos noticiosos, em favor da economia do Nordeste, produção de cafés finos, criação do Banco Central, reequipamento da Armada, cooperação internacional, criação da siderurgia, no Brasil, redenção do Vale do Paraíba, irrigação, adubação e mecanização da lavoura; preservação de monumentos; redenção da criança com a implantação de postos de puericultura em todo o Brasil; contra o analfabetismo; contra o jacobinismo brasileiro; campanha permanente contra o comunismo; em favor da justiça social; em favor da colonização germânica e nipônica; limitação de lucros; campanha do Museu de Arte de São Paulo e dos Museus regionais; campanha de formação de elites nacionais; em favor da iniciativa privada; alfabetização pelo rádio e televisão; em favor da pesquisa histórica no Brasil; contra a inflação e o peleguismo; campanha do ouro para o bem do Brasil; campanha a favor da exportação; campanha para aproveitamento dos recursos minerais; campanha da Década da Educação.

Só o patrimônio que as associadas deram ao Brasil com o Museu de Arte de São Paulo, avaliado em 150.000,00 (cento e cinquenta milhões) de dólares, bastaria para se consagrar e reverenciar, numa ocasião como esta, a grandiosidade de uma Empresa e a memória de um vulto, que é Assis Chateaubriand. Pois ele acima dos seus interesses o comunitário, pelo grande espírito de serviço público que sempre falou mais alto, em sua mente, em seu coração.

A sua grande obra foi semeada também através de suas demais atividades:

des: Professor, Advogado, Industrial, Fazendeiro, Parlamentar, Diplomata, Escritor, Acadêmico, Jornalista, Reporter, Globe-trotter.

Algumas das suas belas características: O Capitalista que odiava o Capital sem interesse social; o Embaixador sem formalidades, e que por seu gênio quixotesco e bem brasileiro, por vezes punha a roburecer as faces dos senhores e damas da Corte de St. James.

Grande orador, Assis Chateaubriand empolgava na Tribuna do Senado, ou nos comícios políticos, ou em cerimônias cívicas, ou festas, tornando seus pronunciamentos fascinantes, eis que dotado de grande inspiração universal em seus conhecimentos.

Um homem, Senhores, somente ele poderia construir e legar o império jornalístico que hoje ti está a orgulhar os seus seguidores. Um grupo que pode ser ferido momentaneamente, "Mas um conjunto de valores que não pode ser liquidado, sob pena de se consentir também no esmagamento de outros símbolos nacionais.

Assim, e no curto e limitado tempo desta oportunidade, nos sentimos honrados e felizes por poder, em nome da Bancada da Oposição, representar um pesamento na efeméride, esperando e desejando que esta trincheira democrática que sempre soube ser presente na vida da nacionalidade continue se levantando em favor das liberdades, da consciência democrática do povo brasileiro, se opondo à opressão, ao desvário da onipotência, por que Diários Associados sempre e invariavelmente foi o porta voz das aspirações gerais, o denominador comum da comunidade.

Senhores dos Associados.

Continuem sendo, aqui, lá, acolá, por este imenso Brasil que tanto queremos e amamos, aquilo que a grande fundação idealizou. "Uma espécie de bazar e quitanda: há de tudo nas prateleiras do armazém, idéias velhas e moças, perfumaria, bombons, mandioca, hortaliças, mesinhas para crianças, adolescentes e adultos, e invernações com gado magro e gordo, e de flebia e nobre estirpe, além dos suínos de boa família". Temos mais variedades do que muitos bazares, por que enquanto estes ficam nas sedas e virtualhas, nos enfiados pelo sertão a dentro, amansamos bois bravos e plantamos algodão, café, mamona, milho, arroz na Alta Sorocabana e em Capivari, tiramos leite de vaca em Pirassununga, engordamos capado em São José dos Campos e entupimos de idéias "Up to dato" o público local, pois temos pão espiritual a valer. O velho capitão por certo teria, na conjuntura atual, feito referência a soja que promete redenção afirmativa ao nosso Paraná. No caso a faço eu... permitam...

Quanto, mais, quão longe poderíamos, Senhores, andar, neste caminho e nesta fonte dos Diários e Emissoras Associados? Mas urge, que fiquemos por aqui, nos restando lembrar para nele depositar as nossas sinceras e efusivas homenagens a esse baluarte da Imprensa Paranaense, "Diário do Paraná" uma das pérolas dessa cadeia gigantesca de tão grandes e inestimáveis serviços prestados a nossa gente e nossas coisas. Esta homenagem especial queremos significar na pessoa do saudoso e querido Adherbal Stresser, que a fatalidade a bem pouco nos privou do convívio. Paranaense, ilustre, em 1955, depois de outras atividades, que lhe fizeram crédito de homem digno, fundava a Empresa S/A. Diário do Paraná, da qual foi Presidente e diretor do jornal. Além do que consolidou a presença dos Diários e Emissoras Associados do Paraná, com a implantação da Televisão Paraná, Canal 6, das Rádios Colombo e Ouro Verde. Professor emérito e Delegado da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, que lhe valeu a Comenda Stella de Solidariedade, do Governo Italiano. Respeitosamente, de outra parte, seja o recebedor da nossa admiração, do nosso respeito, dos nossos cantos ao império jornalístico o digno, ilustre e bravo Walter Mazelia, figura que já se impôs no conceito e admiração de todos quanto lhe cercam. Diretor Superintendente da grande empresa em nosso Estado. Esperamos que os Associados continuem a levantar Tribunas em todos os pontos e em cada uma delas derramar os tesouros da confiança no dia de amanhã a fim de fazer sobreviver a flama da nacionalidade coesa e indivisível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná associa-se às homenagens que hoje se presta ao cinquentenário da fundação dos Associados, na pessoa do seu ilustre fundador, este grande patriota e brasileiro Assis Chateaubriand, que pelo brilho da sua inteligência e capacidade, muito trabalhou pela liberdade e democracia da nossa Pátria.

Nós queremos, nesta oportunidade, fazer nossas as palavras dos eminentes oradores que falaram em nome da Assembléia Legislativa, Deputado João Kalil Fadel, em nome da Aliança Renovadora Nacional e o Deputado Iris Caldart, em nome do Movimento Democrático Brasileiro. E também, nesta oportunidade, agradecer a honrosa presença neste Plenário dos eminentes jornalistas nossos amigos, Ailton Batista e Aluizio Finzetto, que representam os Diários Associados aqui no Paraná.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA**

com a presença de 34 Srs. Deputados.

Antes, a Presidência comunica aos Srs. Deputados que às 17,00 horas, visitará a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o Dr. Affonso Alves de Camargo Neto, atual Secretário da Fazenda do nosso Estado. E será recebido no Gabinete da Presidência.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 58-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 199-73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Capanema, Foz do Iguaçu, Grandes Rios, Fato Branco, Peabirí, Rolândia, Sabáudia, Salgado Filho, Cambira e São João do Ivaí, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.P. e C.F., **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 64-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 220-73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Balsa Nova, Bom Sucesso, Colombo, Formosa, Inajá, Ivaítuba, Quinta do Sol, Planaltina do Paraná, Pérola, Tamboara e Tapira, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias locais. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**



3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 184-73, de autoria do Dep. Antônio Belinati, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Assistência Social de Curitiba — Amas de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. **Parceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 65-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 216-73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Santo Antônio do Caiuá e Santa Izabel do Oeste, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. **Parceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 220-73, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, que denomina Grupo Escolar Odete Borges Botelho, o atual Grupo Escolar de Pitangueiras, Município de Rolândia. **Parceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 68-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 219-73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Itaúna do Sul, Japurá, São João do Caiuá, Mariluz e Sengés, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais. **Parceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 68-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Itaúna do Sul, Japurá, São João do Caiuá, Mariluz e Sengés, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de outubro de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

(Ass. ilegível)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER

##### A PROPOSIÇÃO N.º 219-73

1 — A presente proposição, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 80-73, encaminhando a este Poder Legislativo, para os fins constitucionais, cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Itaúna do Sul, Japurá, São João do Caiuá, Mariluz e Sengés, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

2 — Referidos Convênios estão de acordo com o que dispõe o artigo 47, inciso IX, da Constituição Estadual, onde defere ao Chefe do Poder Executivo competência, e por força do artigo 22, inciso VII, da mesma Constituição, caberá a esta Casa referendá-los, o que ora fazemos na forma do Projeto de Resolução anexo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de outubro de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

#### PARECER COMISSÃO DE FINANÇAS

1. Tratam os Autos do Projeto de Resolução n.º 68-73, ex-Proposição n.º 219-73, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Itaúna do Sul, Japurá, São João do Caiuá, Mariluz e Sengés, objetivando o fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, encaminhados, em cópias autênticas, pelo Poder Executivo através de Mensagem Governamental n.º 80-73, de 10 de setembro de 1973, para referendo legislativo.

2. A douta Comissão de Constituição e Justiça pronunciou-se já, em R. Parecer de fls., pela legalidade e constitucionalidade da matéria que, por outro lado, sendo aprovada, determinará implicações de ordem financeira apenas naturais a tais cometimentos administrativos, inexistindo por isso, obs. tácito a que esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, se pronuncie favoravelmente ao Projeto de Resolução em testilha.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

João C. Fadel — Relator

(Ass. ilegível)

#### COMISSÃO DE POLÍCIA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 68-73 EX-PROPOSIÇÃO N.º 219-73

AUTOR: — Comissão de Constituição e Justiça.

#### PARECER:

1. — O presente Projeto de Resolução, ex-Proposição n.º 219-73, trata de ratificar os convênios firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e os Municípios de Itaúna do Sul, Japurá, São João do Caiuá, Mariluz e Sengés, objetivando equipar as Delegacias de Polícia respectivas à conta de dotações do "FUNRESPOL" e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

2. — No mérito, que nos compete examinar, entendemos tratar-se de matérias cujo interesse público é manifesto, por isso, merece integral acolhida nesta Comissão.

Pela aprovação, é o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1973.

Antônio Belinati — Presidente

Marciano Baraniuk — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

#### MENSAGEM — 80-73

Curitiba, 10 de setembro de 1973.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Itaúna do Sul, Japurá, São João do Caiuá, Mariluz e Sengés, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

Ao Excelentíssimo Senhor Deputado João Mansur

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/Capital

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 68-73

##### PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

#### CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 18 dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e três, no gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, e o senhor Edson Moreira Guimarães, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, tendo em vista o que preceituam o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (Itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-48), tendo em vista a autorização Governamental de 21-07-72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102, e tendo em vista a Lei Municipal n.º 09-73, de 12-06-73, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

#### CLAUSULA PRIMEIRA

##### Objeto do Convênio:

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e verba de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLAUSULA SEGUNDA

##### Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual n.º 9.949, de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

#### CLAUSULA TERCEIRA

##### Execução do Convênio

A Secretaria da Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal, se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste Convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste Convênio compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtos;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA

##### Contribuição e Delegação:

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste Convênio, proceer-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica mu-



municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA

##### Prazo e Denúncia:

O presente Convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA

##### Vigência

Este Convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SÉTIMA

##### Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste Convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente Convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 18 de julho de 1973.

MÁRIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança.

EDSON MOREIRA GUIMARÃES — Prefeito Municipal.

(Assinatura ilegível) — Testemunha.

(Assinatura ilegível) — Testemunha.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Japurá, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Onofre Tertuliano Rodrigues, Prefeito Municipal de Japurá, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948), tendo em vista a autorização Governamental de 21.07.72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 020.73 de 02.07.73, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

##### CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto de Convênio:

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração, Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com util aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

##### CLAUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravenções, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

##### CLAUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Japurá, em contrapartida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos a Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis a atividades dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não da Delegacia de Polícia local.

##### CLAUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

##### CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

##### CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

##### CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 20 de julho de 1973.

MÁRIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança

ONOFRE TERTULIANO RODRIGUES — Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

as. ilegível

as. ilegível

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIUA

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de São João do Caiuá, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos trinta dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Wilson Antonio Pelarin, Prefeito Municipal de São João do Caiuá, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 22 de julho de 1972, resolveram mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

##### CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem à harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal).

##### CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravenções, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

##### CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica Municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste Convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de São João do Caiuá, em contrapartida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste Convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de rádio comunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

##### CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade para efetivação deste Convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

##### CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente Convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.



**CLAUSULA SEXTA — Vigência:**

— Este convênio entrará em vigor 7/ data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:**

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os efeitos legais.

Curitiba, 30 de julho de 1973.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Wilson Antonio Delarin — Prefeito Municipal de São João do Caiuá

José M. do Nascimento — Testemunha

Eraylton Moreschi — Testemunha

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**C O N V E N I O**

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Mariluz, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendo em vista o fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 7 dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Joaquim Lopes Gutierrez, Prefeito Municipal de Mariluz, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios, (64 de 21-02-1948), tendo em vista a autorização Governamental de 21-07-72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 454-73 de 30-06-73, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

**CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio:**

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através dos recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do NUFRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLAUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação:**

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

**CLAUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio:**

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Mariluz, em contrapartida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

**CLAUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação:**

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

**CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:**

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

**CLAUSULA SEXTA — Vigência:**

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:**

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 07 de agosto de 1973.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança

Joaquim Lopes Gutierrez — Prefeito Municipal de Mariluz

José M. do Nascimento — Testemunha

Eraylton Moreschi — Testemunha

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGES**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**C O N V E N I O**

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Sengés, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendo em vista o fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos dezoito dias do mês de julho de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Michel Dib, Prefeito Municipal de Sengés, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948), tendo em vista a autorização Governamental de 21-07-72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 05-07-73, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

**CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio:**

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através dos recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNREPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLAUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação:**

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

**CLAUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio:**

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Sengés, em contrapartida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis, fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

**CLAUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação:**

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

**CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:**

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.



**CLAUSULA SEXTA — Vigência:**

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio:**

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 18 de julho de 1973.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança

Michel Dib — Prefeito Municipal de Sengés

José M. do Nascimento — Testemunha

Eraylton Moreschi — Testemunha

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 69-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 225-73, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Instituto Nacional do Livro, órgão do Ministério da Educação e Cultura, objetivando a execução do Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 73-74. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 69-73**

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, e o Instituto Nacional do Livro, Órgão do Ministério da Educação e Cultura, objetivando a execução do Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 73-74.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de outubro de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Ivo Thomazoni — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER**

**A**

**PROPOSIÇÃO N.º 225-73**

I) — A Proposição em exame, trata de convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério de Educação e Cultura, objetivando a execução do Programa do Livro Didático, cuja matéria é de competência privativa do Estado.

II) — Nenhum impedimento de caráter legal, constitucional ou jurídico existe que possamos antepor à Proposição, cabendo tão somente à Assembléia referendar referido convênio, conforme preceitua o inciso VII do art. 22 da Constituição Estadual.

Assim sendo, o nosso parecer é pela sua aprovação, nos termos do Projeto de Resolução que oferecemos anexo.

Sala das Comissões, em 3 de outubro de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Ivo Thomazoni — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

**PARECER**

**AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 69-73**

1 — O Projeto de Resolução em exame, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 79-73, encaminhando a este Poder, para os fins constitucionais, cópia autêntica de Convênio celebrado em 10 de junho de 1973, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, e o Instituto Nacional do Livro, Órgão do Ministério da Educação e Cultura, objetivando a execução do Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 73-74.

2 — Referido Projeto, devidamente estudado, já mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto aos aspectos de ordem legal e constitucional.

3 — No âmbito desta Comissão, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor quanto ao aspecto financeiro, daí nos manifestarmos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de outubro de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Gilberto R. Carvalho — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

**COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA**

**PARECER**

**AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 69-73**

AUTOR: — Comissão de Constituição e Justiça

De autoria da Comissão de Constituição e Justiça da Casa, o Projeto de Resolução ora em exame aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Instituto Nacional do Livro, objetivando a execução do Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 73-74.

No que me cabe examinar no âmbito desta Comissão, sou pela aprovação do Projeto.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Alvaro Dias — Relator

(Ass. ilegível)

**MENSAGEM**

79-73

Curitiba, 10 de setembro de 1973.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia de Termo de Convênio celebrado em 10 de junho de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e Instituto Nacional do Livro, Órgão do Ministério de Educação e Cultura, objetivando a execução do Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 73-73.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

EMILIO GOMES  
Governador do Estado

Ac Excelentíssimo Senhor

Deputado JOAO MANSUR

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/ CAPITAL

Termo de Convênio celebrado entre o Instituto Nacional do Livro, Órgão do Ministério da Educação e Cultura, aqui representado por sua Diretora, a escritora Maria Alice Barroso, e o Governo do Estado do Paraná, através de sua Secretaria de Educação, aqui representada pelo Sr. Secretário Prof. Luiz Gabriel Sampaio, visando a execução do Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 73-74 tem como a dotar o alunado primário, dessa Unidade Federada, dos livros necessários a um melhor rendimento escolar.

Considerando a necessidade de ação continuada e sistemática na área do Livro Didático;

Considerando que, para a produtividade do Sistema Escolar, o Livro Didático é de suma importância;

Considerando que os Convênios firmados em 1971 e 1972, entre este Instituto e as Unidades da Federação, com o mesmo objetivo do presente, obtiveram resultados considerados satisfatórios;

Considerando que, cada vez mais, se torna indispensável, para um atendimento adequado e tendo-se em vista a amplitude dos objetivos comuns, uma ampla conjugação dos esforços e recursos disponíveis nas áreas federal e estadual, o INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO, doravante denominado INSTITUTO, e a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO do Estado do Paraná, doravante denominada SECRETARIA, aos 10 dias do mês de junho de 1973, nesta cidade de Brasília (DF), acordaram em:

**CLAUSULA PRIMEIRA:** O INSTITUTO, para a execução do Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 73-74, resolve adotar os critérios abaixo relacionados, os quais deverão ser cumpridos pela SECRETARIA:

a) O Programa visa ao atendimento de alunos das 4 (quatro) primeiras séries do Fundamental, em todas as Unidades da Federação, com prioridade para aqueles carentes de recursos financeiros;

b) Os livros devem ser distribuídos exclusivamente nas Escolas da Rede Oficial (Estadual ou Municipal);

c) Cada aluno deve receber no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) livros;

d) Só poderão receber livros do Programa 73-74 os Municípios que mantêm ou venham a manter até março de 1974, Bibliotecas Públicas Municipais ou Salas-de-Leitura registradas no INSTITUTO;

e) As Unidades Federadas devem distribuir, obrigatoriamente, no mínimo 5% e no máximo 10% da quantidade de livros recebidos para as Bibliotecas Públicas Municipais ou Salas-de-Leitura registradas no INSTITUTO;

f) Terão prioridade para atendimento os Municípios envolvidos em experiências de Reforma, restringindo-se essa distribuição aos alunos carentes de recursos financeiros.

**CLAUSULA SEGUNDA:** O INSTITUTO obriga-se a entregar, até 15-03-74, 401.000 (quatrocentos e um mil) livros correspondentes à quantidade estipulada no Documento Básico — Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 73-74 (PLIDEF), para o ano letivo de 1974, na Unidade Federada.

**CLAUSULA TERCEIRA:** Cabe à SECRETARIA avaliar e selecionar, entre os títulos constantes da "Relação dos Livros Didáticos Aprovados para Coedição — 1973", os mais adequados ao trabalho educativo em suas áreas, levando-se em consideração interesses, necessidades e peculiaridades da Unidade Federada.

**CLAUSULA QUARTA:** Cabe à SECRETARIA elaborar o Plano de Distribuição dos livros a serem enviados pelo INSTITUTO, atendendo aos critérios estabelecidos no Capítulo das obrigações das Unidades Federadas e nas recomendações do Documento Básico — Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 73-74, e às necessidades de caráter regional.

**CLAUSULA QUINTA:** — Os livros a serem entregues à SECRETARIA tem o valor estimado de Cr\$ 2.606.500,00 (dois milhões, seiscentos e seis mil e quinhentos cruzeiros).

**CLAUSULA SEXTA:** O Governo da Unidade Federada, através da SECRETARIA, obriga-se a participar, com recursos financeiros, do Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 73-74, em contraprestação aos livros que vier a receber, consoante à Cláusula 2.a deste Convênio, de modo a assegurar, nos anos subsequentes, continuidade e estímulo ao Programa, e ao desenvolvimento progressivo do Fundo Nacional do Livro Didático.

**CLAUSULA SETIMA:** A SECRETARIA depositará em favor do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), na Agência Central do Banco do Brasil, Brasília, (DF), conta n.º 405.679/5, até 30-06-1974, a contrapartida financeira, cujos valores mínimos são indicados no Documento Básico — Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 73-74.

**CLAUSULA OITAVA:**

A partir de 1.º de novembro, o INSTITUTO enviará, às Unidades Federadas, Termo Aditivo, no qual confirmará ou alterará a quantidade de livros destinada à SECRETARIA, bem como a SECRETARIA até 31-12-1973 o devolverá devidamente assinado, confirmando a contrapartida a ser por ela depositada no Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação.

**CLAUSULA NONA:**

Fica EXPRESSAMENTE PROIBIDA a venda de livros do Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 73-74, destinados à SECRETARIA.

**CLAUSULA DECIMA:**

A Unidade Federada deverá implantar, progressivamente, o Banco do Livro. Em 1973, será obrigatória essa implantação, no mínimo em 10% das Escolas de 1.º grau, atendidas pelo PLIDEF 73-74.

**CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA:**

A SECRETARIA se cingirá, na execução do presente Convênio, às determinações e princípios consignados no Documento Básico — Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 73-74, os quais passam a lhes fundamentar os propósitos.

**CLAUSULA DECIMA SEGUNDA:**

O INSTITUTO poderá modificar o número de exemplares destinados à SECRETARIA, nos termos da Cláusula 2.a deste Convênio, se razões de ordem administrativa e/ou financeira assim o exigirem, notificando-a antecipadamente, para que tal modificação fique consignada em Termo Aditivo.



## CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

A SECRETARIA se obriga a criar uma Equipe de Trabalho para execução do Programa, bem como a estabelecer um sistema de controle e avaliação dos resultados da aplicação do mesmo na Unidade Federada e informar ao INSTITUTO do andamento do PLIDEF, sempre que solicitada.

## CLAUSULA DÉCIMA QUARTA:

A SECRETARIA se obriga a realizar "Cursos de Atualização de Professores para utilização do Livro Didático" aos professores das localidades selecionadas para receberem livros do Programa.

## CLAUSULA DÉCIMA QUINTA:

Os Municípios que ainda não tiverem Biblioteca Pública Municipal ou Sala-de-Leitura registrada no INSTITUTO, poderão, mediante assinatura de Termo de Compromisso com a SECRETARIA, para instalação de uma Biblioteca ou Sala-de-Leitura, ser incluídos entre aqueles beneficiados pelo PLIDEF 73-74.

## CLAUSULA DÉCIMA SEXTA:

O INSTITUTO poderá fiscalizar, sem prévia notificação, a fiel observância do Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental, na Unidade Federada.

## CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

A SECRETARIA se obriga a cumprir os prazos estabelecidos no cronograma incluído no Documento Básico — Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 73-74.

## CLAUSULA DÉCIMA OITAVA:

Qualquer infringência, por parte da SECRETARIA, às cláusulas do presente Convênio, importará no seu cancelamento, total ou parcial, suspendendo-se, a juízo do INSTITUTO, a validade de medidas concertadas, para ulterior execução.

## CLAUSULA DÉCIMA NONA:

Fica eleito o foro da cidade de Brasília (DF), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Convênio.

E por se acharem de acordo com as cláusulas e condição do presente Convênio, assinam as partes convenientes, o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas do Assessor do Livro Didático do INSTITUTO e do Coordenador do Livro Didático da SECRETARIA, também abaixo assinadas, e a tudo presentes.

(Assinatura ilegível)

p/MARIA ALICE BARROSO

(Assinatura ilegível) — Secretário de Educação

Testemunhas:

COSETE RAMOS — Assessor Livro Didático — INSTITUTO

(Assinatura ilegível) — Coordenador Livro Didático — SECRETARIA.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125-60, de autoria do Deputado José Alencar Furtado, que autoriza o Poder Executivo, criar a partir de 1970, um Colégio Estadual no Município de Santa Izabel do Ivaí. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F., com Substitutivo. — Aprovado.

## PROJETO DE LEI N.º 125-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, a partir de 1970, um Colégio Estadual no Município de Santa Izabel do Ivaí, funcionando junto ao Ginásio Estadual daquela comuna.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 31 de julho de 1969.

Deputado José Alencar Furtado

## JUSTIFICATIVA:

Santa Izabel do Ivaí é um dos municípios mais progressistas do Estado, com um desenvolvimento econômico e social que o situa entre os primeiros do Estado. A sua população, por outro lado, aumenta consideravelmente, apresentando mais de sessenta por cento em idade escolar.

Atualmente, existe na sede do município um Ginásio Estadual para atender a parte educacional. Ocorre que, no prosseguimento de seus estudos, os escolares têm necessidade, para complementação dos cursos científico e clássico, de se deslocarem para cidades vizinhas, o que vem acarretar uma série de transtornos e, mesmo, desestímulo. A criação do Colégio Estadual se faz, por isso mesmo, imperiosa, razão pela qual apresentamos o presente Projeto de Lei.

## PROJETO N.º 125-69

## PARECER

Cumprindo entendimento da Douta Comissão de Justiça da Assembléia, o Deputado Relator solicita seja procedida uma diligência enviando-se o Projeto em pauta para o Conselho Estadual de Ensino, a fim de que esse órgão técnico emita seu parecer, atendendo o artigo 133, itens I, II, III, IV da Constituição do Estado do Paraná de 8-5-1967.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1969.

Deputado Sílvio Barros

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PARECER

## AO PROJETO DE LEI N.º 125-69

1 — Com o presente plano de Lei, visa o ilustre autor Deputado José Alencar Furtado, a criar um Colégio Estadual no Município de Santa Izabel do Ivaí, para funcionar junto ao Ginásio Estadual do referido Município.

2 — Referida proposição se nos afigura oportuna e necessária, dadas as razões apresentadas pelo seu ilustre autor, na justificação da mesma, pois dotará o referido Município de melhores condições educacionais, para atender uma expressiva população estudantil.

3 — Pela oportunidade e justiça de que se reveste o projeto, somos favoráveis à sua APROVAÇÃO, desde que obedecido o substitutivo geral anexo. É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Wilson Fortes — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 125-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Colégio Estadual no Município de Santa Izabel do Ivaí, para funcionar junto ao Ginásio Estadual, a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em ... de ..... de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Wilson Fortes — Relator.

## COMISSÃO DE FINANÇAS

## PARECER

## AO PROJETO DE LEI N.º 125-69

I) — Tratando-se de mera autorização legislativa, nada impede que o Chefe do Poder Executivo determine, através do Conselho Estadual de Educação, a inclusão do referido colégio no Plano Educacional.

A época é oportuna, oferecendo condições para que a verba destinada a tal aplicação, seja consignada no Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1974.

II) — Nosso parecer é favorável à aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo Geral apresentado pela C.C.J.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado Alvaro Dias — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

## COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

## PARECER

## AO PROJETO DE LEI N.º 125-69

Autor: — Deputado JOSÉ ALENCAR FURTADO

I) — Como bem demonstra a justificativa do Projeto, não se concebe mais na época atual, que habitantes de municípios em franco progresso se desloquem para outros circunvizinhos, a fim de concluírem seus estudos.

II) — Desde que seja observado o requisito legal já apontado no parecer oferecido pela Comissão de Finanças, nada existe que possamos antepor à aprovação deste Plano de Lei.

Nosso parecer é FAVORÁVEL, na forma do Substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em ... de ..... de .....

ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Presidente.

Deputado ROSÁRIO PITELLI — Relator.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, bem como ao Sr. Diretor do D.N.E.R., no sentido de que se digne determinar estudos, visando a construção de viadutos, evitando assim, o congestionamento do trânsito. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para as Proposições nrs. 14, 43 e 44-74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando seja enviado telegrama congratulando-se pela posse do Sr. Afonso Alves de Camargo Neto, como Secretário da Fazenda. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela indicação do Sr. Deputado Olivir Gabardo para ocupar a Vice-Liderança do M.D.B. na Câmara Federal. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Maurício Schulman pela sua gestão na Secretaria da Fazenda. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ilustre Professor e ex-Delegado de Ensino, Sr. João Zacarkin. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 65-73 e de Lei n.º 220-73.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nrs. 68-73, 69-73 e de Lei n.º 125-69.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 215-69, 264-69 e 264-71.

Marcando ainda, Sessão Ordinária para a próxima sexta-feira, dia 22, às 10,00 horas, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nrs. 43-73, 54-73, 74-73 e de Lei nrs. 63-73, 92-73, 144-73, 193-73, 194-73, 231-73, 254-73 e 268-73.

Levanta-se a Sessão.

## ATAS DAS COMISSÕES:

## COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

## 3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

## ATA DA 11.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Reuniões, com a presença dos Senhores Deputados: — Antônio Lopes Júnior, Rosário Pitelli e Alvaro Dias.



Havendo número legal o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior.

Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado o seguinte projeto:

PROJETO DE LEI N.º 241-73 — De autoria do senhor Deputado David Federmann, que denomina Colégio Estadual Manoel Ribas, o atual Colégio Estadual do Paraná. Relator: Deputado Álvaro Dias. Parecer: Contrário. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, eu, Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada é por mim assinada bem como pelo senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

a) ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Presidente.

a) MARIA APARECIDA AMARAL — Secretária.

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

#### 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.ª LEGISLATURA

#### ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

Aos catorze dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, reuniu-se, na Sala das Comissões, a Comissão de Instrução Pública, para a instalação, com a presença dos senhores Deputados Antônio Lopes Júnior, Rosário Pitelli, Olavo Ferreira, Ivo Rocha e Álvaro Dias. Assumiu a presidência na forma regimental, o senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, que após verificar a existência de número legal, declarou abertos os trabalhos, destinados a eleição do Presidente e Vice-Presidente efetivos. Foi eleito por unanimidade, o senhor deputado Antônio Lopes Júnior para Presidente e o senhor deputado Rosário Pitelli para Vice-Presidente. Ao tomar posse, o senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, agradeceu a honrosa prova de confiança nele depositada, pelos ilustres membros componentes da Comissão de Instrução Pública, fazendo o propósito de corresponder integralmente na Presidência da mesma. Na oportunidade designou a funcionária Maria Aparecida Amaral para exercer a função de secretária da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, eu, Maria Aparecida Amaral, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada é por mim assinada, bem como pelo senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

a) ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Presidente.

a) MARIA APARECIDA AMARAL — Secretária.

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

#### 7.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

#### ATA DA 1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, às dezesseis horas e quinze minutos, na Sala das Comissões, sob a presidência do senhor Deputado Domício Scaramella e contando com as presenças dos senhores deputados Álvaro Dias, Gabriel Manoel, Iris Caldart e Ivo Rocha, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido relatados os seguintes processos:

PROJETO DE LEI N.º 90-73 — de autoria do senhor Deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo reverter à Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí, os lotes de terra nrs. 1, 2, 3, 4, 5, 24 e 25, Quadra 14, Vila São Joaquim, na referida cidade, tendo em vista sua não utilização pelo Estado aos fins a que se destinavam. Relator: Deputado Iris Caldart. Parecer favorável. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 172-73 — de autoria do senhor Deputado Fuad Nacli, que autoriza o Poder Executivo doar à Fundação Educacional do Paraná — FUNDEPAR, o imóvel com características que especifica, situado no Distrito de Braganey, Município de Corbélia. Relator Deputado Iris Caldart. Parecer favorável. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 222-73 — de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 82-73, encaminhando anteprojeto de lei solicitando autorização para anuir a cessão de 38.460,02m2 de área de terras que a União pretende fazer à Fundação Santo Antônio e Associação das Damas de Caridade do Município de Campo Largo, destinada a construção do "Lar dos Velhinhos Desamparados". Relator: Deputado Gabriel Manoel. Parecer favorável. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 236-73 — de autoria do senhor Deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Alto Paraná, a Data de terreno n.º 9, da Quadra 369, com área que especifica, situada no referido Município. Relator: Deputado Iris Caldart. Parecer favorável. — Aprovado.

Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Agildes de Oliveira Martins, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA — Presidente.

a) AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS — Secretário.